

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 16 de outubro de 2025 às 07h52*  
*Seleção de Notícias*

Corumbá Online | BR-MS

Propriedade Intelectual

<b>Prorrogadas inscrições para mestrado em Propriedade Intelectual ofertado pelo IFMS - Corumbá On Line .....</b>	<b>3</b>
NEWS	

Jornal do Comércio RS - Online | BR-RS

Marco regulatório | INPI

<b>Trâmite prioritário no registro de marcas .....</b>	<b>4</b>
ÚLTIMAS NOTÍCIAS	

UOL Notícias | BR

16 de outubro de 2025 | Direitos Autorais

<b>Brasil regula redes, mas deixa lacunas abertas difíceis de solucionar .....</b>	<b>5</b>
UOL	

Agência Senado | BR

Propriedade Industrial

<b>Doação de produtos apreendidos por falsificação é aprovada para ajuda em desastres .....</b>	<b>7</b>
FOTO	

Sebrae Notícias | BR

Marco regulatório | INPI

<b>Sebrae promove palestra sobre registro de marca na Agência Center Lapa .....</b>	<b>9</b>
---	----------

# Prorrogadas inscrições para mestrado em Propriedade Intelectual ofertado pelo IFMS - Corumbá On Line

## NEWS

As inscrições para o Exame Nacional de Acesso ao programa de pós-graduação em **Propriedade** Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (ProfNIT), mestrado profissional oferecido em rede, foram prorrogadas até 20 de outubro. Para ingresso em 2026, foram abertas 499 vagas em todo o país.

Desse total de vagas, 17 são destinadas ao Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), com a seguinte distribuição:

quatro vagas para servidores da instituição;

quatro vagas para ampla concorrência;

quatro vagas para ações afirmativas (três para pretos, pardos e indígenas, e uma para pessoa com deficiência); e

cinco vagas para servidores da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect-MS).

O edital na íntegra está disponível na página do ProfNIT (área do Exame Nacional de Acesso).

Inscrições - Devem ser feitas em formulário on-line. O prazo para pagar a taxa de R\$ 350 é 20 de outubro.

Os interessados devem ser portadores de diploma de nível superior reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC).

A seleção será feita por meio do Exame Nacional, marcado para 8 de novembro, às 13 horas (horário de

MS). A prova, que é eliminatória e classificatória, terá 20 questões de múltipla escolha sobre **propriedade** intelectual e transferência de tecnologia. O conteúdo programático completo pode ser consultado no Anexo 3 do edital.

Os aprovados na prova serão convocados para uma análise curricular, também classificatória e eliminatória. O envio da documentação necessária, listada no edital e no Anexo 4, deverá ser feito entre os dias 24 e 30 de novembro.

Os resultados preliminar e final estão previstos para 5 e 12 de dezembro, respectivamente. As aulas terão início no primeiro semestre de 2026.

ProfNIT - Com duração máxima de 24 meses, o mestrado visa aprimorar a formação profissional para atuação em Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) e ambientes de inovação nos setores acadêmico, empresarial, governamental e em organizações sociais.

No IFMS, o programa é ofertado desde 2023, de forma presencial, no Campus Campo Grande, localizado na Rua Taquari, 831- Bairro Santo Antônio.

Em caso de dúvidas, os contatos são profnit.secretaria@ifms.edu.br ou o telefone (67) 3357-8501.

Mais informações podem ser consultadas na página do ProfNIT no IFMS.

Por Assessoria de Comunicação

Navegação de Post

# Trâmite prioritário no registro de marcas

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Fernanda Rauter

Recentemente, o **Instituto** Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) deu mais um passo em direção à modernização de seus serviços ao lançar o trâmite prioritário para pedidos de registro de marcas. A iniciativa tem como objetivo reduzir o tempo de análise de marcas, permitindo que empresas, startups e empreendedores obtenham a proteção de seus sinais distintivos com mais rapidez, algo crucial em um mercado cada vez mais dinâmico.

Ainda em fase de testes, o serviço de trâmite prioritário não está disponível para todos os pedidos. A concessão da prioridade será aplicada a casos específicos, com critérios definidos pelo **INPI**, priorizando situações em que a celeridade é determinante para a atividade econômica.

Alguns exemplos de elegibilidade incluem: pessoas com 60 anos de idade ou mais; pessoas com doença grave e com deficiência; empresas de inovação inscritas no Inova Simples; envolvidos em ações judiciais sobre suas marcas; empresas que apresentaram oposições com base no direito de precedência; aqueles que têm produto ou serviço ligado a uma patente com trâmite prioritário; instituições científicas, tecnológicas e de inovação; e empresas

que precisam do registro para liberação de recursos públicos.

Essa iniciativa visa tornar a proteção de marcas um instrumento mais ágil de competitividade, garantindo que empreendedores possam tomar decisões comerciais com segurança jurídica em menor tempo.

Embora o lançamento do trâmite acelerado para marcas seja uma novidade, o trâmite prioritário para patentes já é uma realidade no Brasil há alguns anos. Contudo, poucas empresas e inventores utilizam o recurso, muitas vezes por falta de informação ou por acreditarem que o processo é burocrático. O trâmite prioritário de patentes pode ser solicitado em situações como: tecnologias verdes e sustentáveis; produtos farmacêuticos e equipamentos médicos; projetos desenvolvidos por universidades e instituições científicas; e tecnologias de interesse estratégico para o país.

O trâmite prioritário de marcas, ainda em fase experimental, é um marco na evolução dos serviços do **INPI**, demonstrando um compromisso com a inovação e com a eficiência. Ao lado do trâmite prioritário de patentes, o novo recurso coloca a **propriedade** intelectual como peça-chave para a competitividade da economia brasileira.

Diretora da Vilage Marcas e Patentes e mestre em **Propriedade** Intelectual

# Brasil regula redes, mas deixa lacunas abertas difíceis de solucionar

UOL



Confira em Tilt a tecnologia do dia a dia com um olhar brasileiro. Tem Whatsapp e outros apps, celulares, 4G e inovação com dicas, reviews, análises e mais. Carregando player de áudio (Toda semana, e conversam sobre tecnologia no podcast). O programa vai ao ar às terças-feiras no, no Spotify, no Deezer e no Apple Podcasts).

O Brasil deu o primeiro passo para exigir verificação de idade nas plataformas digitais e redes sociais, após a sanção do ECA Digital. No novo episódio de, o podcast do UOL para os humanos por trás das máquinas, e explicam como o país tenta equilibrar regras rígidas e incentivos para o setor de tecnologia.

O governo transou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) em agência reguladora, que agora precisa se estruturar para fiscalizar as novas regras. Ao mesmo tempo, antecipou isenções fiscais para data centers, o que favorece grandes empresas. Como o movimento é coordenado com o PL da IA, em tramitação no Congresso Nacional, a bola da vez é o debate sobre remuneração para conteúdos protegidos por **direitos** autorais usados pela IA.

E não é que, enfim, saiu a regulação das redes sociais e plataformas digitais aqui no Brasil? A gente tem falado bastante do assunto aqui em, desde quando o programa começou, de PL da IA, ECA digital, de medida provisória para datacenters e, enfim, essas coisas começaram a caminhar. Helton Simões Gomes

Com o ECA Digital, as plataformas serão obrigadas, entre outras coisas, a verificar a idade dos usuários para proteger crianças e adolescentes. Mas outro ponto em aberto é como a aferição etária vai ocorrer. A ANPD terá papel central como "xerife" desse processo, mas precisa de orçamento e pessoal para atuar de fato.

O presidente Lula sancionou o ECA digital, que é uma lei pra levar o ECA, que já funciona no mundo físico, pro mundo digital e começar a exigir que as plataformas identifiquem a idade das pessoas que usam por lá pra direcionar conteúdos mais apropriados e comecem a mitigar riscos [de conteúdos] que são não pertinentes pra idade daqueles usuários. Helton Simões Gomes

Diogo Cortiz chama atenção para o "jogo duplo" do governo, que ao mesmo tempo em que cria mais exigências para as big techs, oferece benefícios fiscais para instalação de data centers no país.

Esse jogo duplo que você colocou é interessante, né? Ao mesmo tempo que o Brasil cria uma série de propostas regulatórias, trazendo mais regra por jogo ali das big techs, muita gente entende que o Redata é quase que um afago, né? Vamos entender: o Redata, que a gente já fez um episódio de sobre isso, vai trazer alguns benefícios, antecipando essas isenções [tributárias] para a instalação de datacenters no Brasil. Diogo Cortiz

Os incentivos para data centers podem ser estratégicos também para negociações com os EUA, diz Helton.

Já sobre o PL da IA, a discussão sobre **direitos** autorais é hoje o principal entrave para aprovação, avalia Diogo. Mas o debate deve esquentar, já que o governo tenta aprovar o PL da IA até o fim do ano pa-

Continuação: Brasil regula redes, mas deixa lacunas abertas difíceis de solucionar

ra evitar um limbo regulatório.

Como essas grandes plataas que lidam com inteligência artificial e dependem de dados feitos por outras empresas e que têm direito sobre esses dados vai remunerar os produtores de conteúdo? Essa é uma discussão que está em aberto, que vai dar muito o que falar, e que talvez entre nos planos do governo, porque o governo quer que esse PL da IA saia até o fim do ano. Helton Simões Gomes

Meta Vibes e ChatGPT Pulse: IA quer sair do chat para invadir seu dia

O Meta Vibes e o ChatGPT Pulse mostram como a inteligência artificial está entrando de vez na rotina digital. e explicam como essas novidades aproximam a IA do dia a dia das pessoas.

Enquanto o Meta Vibes aposta em vídeos curtos gerados por IA, o Pulse, da OpenAI, transa o ChatGPT em um assistente proativo, capaz de enviar notificações e agir sozinho para inar e lembrar o usuário. A disputa entre as big techs esquenta, e cresce o debate sobre o impacto do conteúdo sintético na web.

ChatGPT Pulse e Meta Vibes foram dois lançamentos de produtos para tentar colocar a inteligência artificial mais próxima das pessoas, do dia a dia dos usuários Diogo Cortiz

EUA usam tática chinesa ao criar 'TikTok made in USA', e Trump agrada os amigos

O controle do TikTok nos Estados Unidos virou peça-chave na disputa entre EUA e China, com aliados de Donald Trump tentando assumir o comando do aplicativo.

Ainda no governo Joe Biden, os Estados Unidos baniram o TikTok. Obviamente, isso não impediu nin-

guém de publicar dancinhas ou vídeos engraçadinhos, porque esse banimento foi suspenso algumas vezes, tanto é que ainda hoje o aplicativo funciona lá. Só que essa peleja está prestes a chegar a uma resolução, com uma solução curiosa de inspiração chinesa Helton Simões Gomes

Desde 2024, o governo americano pressiona a ByteDance, dona chinesa do TikTok, a vender a operação do app no país para um grupo de empresas americanas ou de países aliados. O argumento é de segurança nacional e de dados, já que o TikTok é controlado por uma companhia chinesa.

A China decidiu restringir a compra de chips de inteligência artificial dos Estados Unidos, especialmente da Nvidia, em resposta aos embargos históricos impostos por Washington. A medida acelera a autonomia tecnológica chinesa e pode redefinir o cenário global de semicondutores.

A disputa por chips de ponta, essenciais para treinar sistemas de IA, se intensificou depois que os EUA passaram a limitar exportações e vender versões enfraquecidas à China. Agora, Pequim afirma não querer mais esses produtos, apostando na produção interna e no fortalecimento de sua própria indústria de tecnologia.

A China cansou desse vai e vem. Podemos achar que a briga com a China em diversas áreas é só uma política do governo Trump, mas isso vem desde o governo Obama Helton Simões Gomes

DEU TILT Toda semana, e conversam sobre as tecnologias que movimentam os humanos por trás das máquinas. O programa é publicado às terças-feiras no e nas. Assista ao episódio da semana completo.

## Doação de produtos apreendidos por falsificação é aprovada para ajuda em desastres



Tópicos: Calamidades CCJ CCT Cidadania Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Constituição Justiça Poder Legislativo Reciclagem Rio de Janeiro Rio Grande do Sul Saúde Segurança Senador Carlos Portinho Senador Eduardo Gomes Tecnologia Tocantins Assistência Social Doação de produtos apreendidos por **falsificação** é aprovada para ajuda em desastres A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT) aprovou o projeto do senador Eduardo Gomes (PL-TO), que altera a Lei de **Propriedade Industrial** para permitir a doação de produtos apreendidos por **falsificação** de marca a vítimas de desastres ou calamidades públicas (PL 1.802/2024). O texto segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Marcella Cunha 15/10/2025, 14h30 - ATUALIZADO EM 15/10/2025, 14h46 Duração de áudio: 02:14 Foto: Saulo Cruz/Agência Senado Transcrição

A CCT APROVOU UM PROJETO QUE PERMITE A DOAÇÃO DE PRODUTOS FALSIFICADOS DURANTE CALAMIDADES.

A MEDIDA BUSCA REUTILIZAR OS BENS APREENDIDOS E AJUDAR AS POPULAÇÕES AFETADAS. REPÓRTER MARCELLA CUNHA

O projeto do senador Eduardo Gomes, do PL do Tocantins, altera a Lei de **Propriedade Industrial** para permitir a doação de produtos falsos para socorrer vítimas de desastres, calamidades públicas ou graves perturbações da ordem.

O relator, senador Carlos Portinho, do PL do Rio de Janeiro, apresentou uma emenda para garantir que eles possam ser encaminhados para as pessoas afetadas, mesmo sem a retirada da marca.

Essa doação sem descaracterização só poderá ocorrer durante calamidade pública reconhecida pelo Poder Legislativo.

Nos demais casos, os bens deverão ser descaracterizados antes da entrega às populações vulneráveis.

Quando o item falsificado não puder ser doado com segurança, ele será desmontado ou triturado, e o material que ainda tiver utilidade, como tecidos, plásticos ou metais, será enviado para reciclagem, como explicou o senador Portinho.

(senador Carlos Portinho) "O que a gente quer é justamente um socorro rápido, uma ajuda humanitária rápida nos casos em que seja possível sem prejuízo a saúde, a doação desses bens, ainda que não descaracterizados, apenas se não for possível, se for possível descaracterizar é a regra. Ou seja, aqueles descaracterizados têm prioridade nas doações. Aquels que já não é possível mais, aí, sim, serão destruídos."

O senador Portinho lembrou que a proposta busca reduzir custos e impactos ambientais e foi inspirada em tragédias recentes, como no Rio Gande do Sul e no Rio de Janeiro.

(senador Carlos Portinho) "Mitigando o custo de ar-

Continuação: Doação de produtos apreendidos por falsificação é aprovada para ajuda em desastres

mazenamento, reduzindo impactos ambientais de simples destruição e assegurando pronta resposta a emergências nacionais, como se evidenciou por ocasião das enchentes do Rio Grande do Sul, e faço referência também do meu estado, infelizmente, ocorridas na região serrana, a catástrofe que abateu a nossa região serrana no passado recente, morte que inspirou a iniciativa legislativa."

O projeto segue para análise da Comissão de Cons-

tituição e Justiça, onde terá decisão terminativa. Da Rádio Senado, Marcella Cunha. Tópicos: Calamidad e sCCJCCTCidadaniaComissão de Constituição, Justiça e CidadaniaConstituiçãoJustiçaPoder Legisla tivoReciclagemRio de JaneiroRio Grande do Sul SaúdeSegurançaSenador Carlos PortinhoSenador Eduardo GomesTecnologiaTocantins



## Sebrae promove palestra sobre registro de marca na Agência Center Lapa



to vai destacar a importância do registro como uma forma de prevenir cópias, evitar conflitos jurídicos e proteger a reputação da empresa.

O quê: Palestra "Registro de Marca: Passo a Passo"

Quando: 16/10, às 9h, quinta-feira

Local: Agência do Sebrae - Shopping Center Lapa, Piso L3

Inscrições: [bit.ly/registromarcalapa](https://bit.ly/registromarcalapa)

Por Dalmir Campos para ML Comunicação

O Sebrae Bahia realiza nesta quinta-feira, 16, às 9h, a palestra "Registro de Marca: Passo a Passo", na Agência Sebrae Center Lapa, em Salvador. O objetivo do evento é ajudar os empreendedores a garantir a exclusividade da sua marca, proteger o negócio e fortalecer sua credibilidade. O encontro é voltado para empreendedores e empreendedoras que desejam entender, de forma prática e estratégica, como funciona o processo de registro de marca junto ao **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas neste link:

Durante a palestra, os participantes vão aprender sobre o que caracteriza uma marca e os tipos existentes; Documentos e requisitos necessários para o registro; o passo a passo do processo junto ao **INPI**; Benefícios legais e comerciais do registro; e como proteger ativos intangíveis e fortalecer a empresa.

Além de esclarecer dúvidas sobre o processo, o even-

## Índice remissivo de assuntos

**Propriedade** Intelectual  
3, 4

**Marco** regulatório | INPI  
4, 9

**Propriedade** Industrial  
4, 7, 9

**Direitos** Autorais  
5